

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA CONSELHEIRA SUBSTITUTA ANDREA SIQUEIRA MARTINS – Relatoria: PROCESSO TCE-RJ Nº 203.686-8/2019.

OBJETO:

EDITAL
CONCORRÊNCIA Nº 002/2018

Tipo menor tarifa, Concessão de serviço público de transporte coletivo regular de passageiros, na circunscrição do Município de Mendes. Prazo: 10 anos, permitida a prorrogação, uma vez, por igual período.

MUNICÍPIO DE MENDES, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 28.580.694/0001-00, representado pelo Chefe do Poder Executivo, vem cumprir determinação objeto da **COMUNICAÇÃO** ordenada por decisão plenária, conduzida pelo voto da eminente **Conselheira Substituta ANDREA SIQUEIRA MARTINS**, no que diz respeito à adoção de medidas saneadoras vinculadas ao **Edital de Concorrência Pública nº 002/2018**, primando pela continuidade da análise pelas instâncias técnicas, pelo Ministério Público Especial e pelo soberano plenário dessa Egrégia Corte Especializada em Contas.

Na oportunidade, ainda que não haja decisão definitiva da Corte de Contas sobre a matéria, **o resultado da primeira análise técnica revelou-nos imensa satisfação e orgulho com o trabalho até então desenvolvido, reconhecidamente complexo**, pois é sabido que poucos municípios do Estado do Rio de Janeiro, apesar de mais estruturados sob todos os aspectos, não conseguiram alcançar essa etapa que, na nossa visão, dá mostra de que a próxima submissão plenária acarretará desfecho satisfatório (**CONHECIMENTO DO EDITAL**), anuindo, assim, com a realização da licitação do novo modelo de sistema de transporte coletivo regular de passageiros.

PRELIMINARMENTE

Houve pedido de dilação temporal protocolizado nos autos do **Processo TCE-RJ nº 203.686-8/2019**, apresentando, em 03/05/2019, a Administração Municipal suas razões para o deferimento, primando, a contento, pela remessa de toda documentação, esclarecimentos e peças técnicas em prol da análise e decisão definitiva do edital de concorrência, submetido espontaneamente ao crivo dessa Colenda Corte Especializada em Contas.

Adiante a reprodução das medidas saneadoras seguidas da prova do respectivo cumprimento pela Administração Municipal.

(1) Mantenha esta licitação *adiada sine die* aguardando a decisão conclusiva desta Corte pelo conhecimento deste Edital, encaminhando os comprovantes de publicação dos avisos de adiamento nos termos do art. 21 da Lei nº 8.666/93 c/c o art. 4º da Lei nº 10.520/02, bem como mantenha no sítio eletrônico oficial do Município atualizado, contendo todas as alterações promovidas no certame, segundo o disposto no art. 8º da Lei Nacional nº 12.527/11.

Prova de cumprimento

Remete-se publicação do aviso de adiamento sine die da licitação, em todos os meios de divulgação originários, com nota de aguardo de decisão definitiva da Corte de Contas, incluindo divulgação da versão editalícia atualizada no sítio oficial da municipalidade, fundada na Lei nº 12.527/11.

(2) Altere o valor tarifário desta licitação de R\$ 3,16 para R\$ 2,75, consoante com os preços calculados no projeto básico. O valor calculado dos custos totais é R\$ 188.662,44 menos R\$ 30.000,00 de subsídio e dividido pelo número de passageiros pagantes resulta no valor tarifário de R\$ 2,75.

Os cálculos apontados na planilha tarifária, como peça integrante do projeto básico, elaborada seguindo diretrizes da Agência Nacional de Transportes Públicos (ANTP), dão conta de o **valor tarifário ser de R\$ 3,16 (três reais e dezesseis centavos)**.

O valor de R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos) decorre de equívoco presente às fls. 25/75, 26/75, 27/75 e 30/75 da tabela tarifária (versão originária)

Às páginas 25/75 da versão originária do edital revela, como custo variável, o valor de **R\$ 61.303,02**. Entretanto, por equívoco ocorrido por ocasião de diversas impressões e retificações do trabalho, manteve-se indevido lançamento. **Assim sendo, tem-se como o valor real, para o custo variável, a cifra de R\$ 61.119,29.**

Por idêntica ocorrência, às páginas 26/75 da versão originária do edital revela, como custo fixo, o valor de **R\$ 105.393,65**. Entretanto, **tem-se como valor real, para o custo fixo, a cifra de R\$ 108.125,53.**

Por idêntica ocorrência, às páginas 27/75 da versão originária do edital revela, como remuneração da prestação dos serviços (RPS), o valor de R\$ 14.419,26, correspondente a percentual de (7,64%), este equivalente ao valor de R\$ 188.662,44 (custo total mensal do sistema, com impostos e tributos). **Entretanto, tem-se como o valor real, para o custo total mensal do sistema, com impostos e tributos diretos, a cifra de R\$ 212.110,76, que é o valor resultante do custo variável (R\$ 61.119,29) somado ao custo fixo (R\$ 108.125,53) e a remuneração da prestação dos serviços (RPS), correspondente a 8,65% (R\$ 14.639,68) do somatório do custo fixo com o custo variável.**

Logo, aplicando uma taxa de 15,35% referente a impostos e tributos diretos, obtém-se a resultante de R\$ 212.110,76.

Por fim, às páginas 30/75 da versão originária do edital, retifica-se, por consequência, o valor de R\$ 7.546,50 para R\$ 33.344,68, este sendo o resultado da soma dos impostos e tributos diretos, perfazendo percentual de 15,35%, aplicado sobre o resultado da soma do custo variável, custo fixo e remuneração pela prestação dos serviços (RPS).

Em pesquisa à página oficial do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros comprova-se que o **valor estimado da tarifa básica**, qual seja, R\$ 3,16 (três reais e dezesseis centavos), evidencia **custo inferior às tarifas hoje praticadas em municípios circunvizinhos**. Este fato, inclusive, é abordado às fls. 175/175 do Projeto Básico (Anexo II do Edital).

(3) Encaminhe todas as planilhas de formação de preço da tarifa básico e da planilha do Fluxo de Caixa no formato de planilhas “Excel” possibilitando a edição das fórmulas utilizadas nestas planilhas.

Prova de cumprimento

Planilhas remetidas, na forma e condições requisitadas.

(4) Demonstre a correlação dos 05 (cinco) (03 ônibus básicos e 02 microônibus) com as 14 linhas de ônibus deste projeto e **(5)** Demonstre a correlação da equipe de pessoal estimada com a frota dos 05 ônibus (03 ônibus básicos e 02 microônibus).

Prova de cumprimento

Itens objeto de atendimento mediante inclusão de justificativas técnicas, **com destaques a carmim**, no Edital e no Projeto Básico (fls. 17/37, Item 7.5.9 e fls. 88 a 172/175, respectivamente).

(6) Exclua o subitem 9.1 do edital a previsão de participação de sociedade cooperativa de prestadores de serviços, tendo em vista que a natureza dos serviços a serem prestados não se coaduna com sociedades cooperadas.

Prova de cumprimento

Item excluído, na forma determinada.

(7) Inclua no item 18 do edital a fórmula do reajustamento da tarifa com a indicação dos índices de variação a serem adotados em um possível reajuste da tarifa (variação de salários, variação do preço do óleo diesel, etc) com os seus respectivos pesos.

Prova de cumprimento

Itens objeto de atendimento mediante inclusão, **com destaques a carmim**, no Edital e na minuta do Contrato de Concessão (fls. 24 a 27/37 e fls. 03 a 06/15, respectivamente).

(8) Eleger o requisito para comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes entre o capital social ou patrimônio líquido mínimo, ou, ainda, a prestação de garantia, conforme apontamentos feitos ao longo do voto.

Prova de cumprimento

A Administração **não** exigiu **garantia de proposta para a fase de habilitação**, mas sim para a finalidade de **garantia de execução contratual (Item 24.8, subitem 24.8.1 e 24.11)**, frisando que a exigência do edital, para fins de celebração contratual, vai ao encontro da jurisprudência dominante dessa Colenda Corte de Contas Especializada em Contas. Assim, exige-se o **Item 8.0, subitem 8.2, “a” do edital**, para a fase de habilitação (**econômico-financeira**), percentual relativo tão somente ao capital social, na forma do art. 31 da Lei nº 8.666/93.

(9) Retifique ou esclareça a alínea “e” do subitem 8.2 do edital uma vez que não foi estabelecido os limites de endividamento, além do fato de já constar previsão do IE na alínea “d” do mesmo subitem.

Prova de cumprimento

Na forma determinada, foi excluída a fórmula originária do edital, estabelecida na letra “e” (fls. 19/37).

(10) Avalie se o nível de detalhamento da descrição dos veículos que deve constar dos atestados, exigidos no subitem 7.2.1.1 do edital, não irá restringir a participação de licitantes e se este detalhamento de mostra realmente necessário, justificando, ainda, (I) a exigência anterior com prazos e quantidades predefinidos e (II) a previsão de comprovação da capacidade técnico-operacional por meio de atestados expedidos somente por órgãos públicos (item 7.2.1.1).

Prova de cumprimento

A redação editalícia foi reavaliada a fim de **simplificar** o **detalhamento** da exigência da **prova de experiência anterior** sem eliminar os requisitos mínimos asseguradores da defesa do interesse público, mediante definição de características, quantidades e prazos para a prova de qualificação técnico-operacional, onde as alterações estão **destacadas a carmim** às fls. 15 a 18/37 do edital. Assim, o **detalhamento da descrição dos veículos** passou a mensurar o **tipo/ônibus/básico vinculada a concepções do fabricante** e, assim, não afastar-se das especificações técnicas da **ABNT, NBR: 15.570:2009**, associadas às regras do Código de Trânsito Nacional e as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). Por outro lado, a redação editalícia traz retificação textual, alterando a expressão “**transporte coletivo de passageiros**” para “**transporte terrestre de pessoas**”. De igual modo, **suprimiu-se o critério “quilometragem percorrida”, passando a prever “passageiros transportados”, admitindo-se, ainda, o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para a prova do número de pessoas transportadas e para o prazo de execução contratual, na constância de 02 (dois) anos, frisando a plena satisfação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade à luz do prazo originário da futura concessão, estando o percentual em plena harmonia com as diretrizes do Tribunal de Contas, que orienta o limite de 50%.** Por fim, inclui-se a admissão de atestados de capacidade técnico-operacional expedido por pessoa jurídica de direito privado.

(11) Inclua no subitem 10.1 do edital a comprovação da regularidade com o INSS, conforme estabelecido no art. 29 da Lei nº 8.666/93.

Prova de cumprimento

Com a edição da **Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1751, de 02/10/2014**, não mais se permite, de forma isolada, obter a expedição da Certidão Negativa de Débitos com o INSS. Logo, caso exista pendências com o INSS de modo a identificar o pagamento e/ou parcelamentos inadimplidos, o sujeito passivo não obterá a prova de regularidade para fins de habilitação em licitações públicas, considerando as regras de expedição definidas na sobredita Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014.

Assim, a Administração Municipal fez incluir na parte final do Item 10.0, subitem 10.1 (IV) (fls. 20 a 21/37 do edital), a exigência de prova de regularidade com o INSS a teor da regra disposta na Portaria RFB/PGFN nº 1.751/2014, harmonizando-a com a exigência de prova de regularidade perante o INSS (art. 29 da Lei nº 8.666/93).

(12) Justifique a razão do edital em questão não estar disponibilizado em sua íntegra na página eletrônica do Município, em atendimento ao art. 8º da Lei nº 12.527/11, comprovando sua divulgação.

Resposta

A versão original do edital, incluindo seus anexos, foi divulgada na página eletrônica do Município de Mendes. Aliás, a assertiva pode ser corroborada pela análise da Coordenadoria de Exame de Editais (Item 16 – Publicação, art. 21 da Lei nº 8.666/93), afirmando: **“em consulta ao site oficial da municipalidade foi possível observar o aviso desta licitação e a disponibilização da cópia do edital e seus anexos.”** Independentemente disso, a versão editalícia foi disponibilizada para quaisquer interessados, inexistindo exigência de cadastro prévio para sua retirada, podendo baixar os arquivos, inclusive através do Facebook. Todavia, a divulgação se deu com chamada específica na página oficial da Prefeitura de Mendes e não no campo destinado às licitações e contratos. Por esta razão, pelo transcurso dos dias, a divulgação não mais figurou dentre as principais notícias. Daí a constatação divergente da eminente Conselheira – Relatora Dra. Andrea Siqueira Martins. **Contudo, hoje, é possível verificar a disponibilidade da versão originaria do edital, no link licitações e contratos.**

(13) Divulgue na página eletrônica do Município o inteiro teor do edital, suas alterações e o adiamento da licitação, comprovando a esta Corte.

Prova de cumprimento

Foi determinada a inclusão da nova versão editalícia no site eletrônico da Prefeitura de Mendes, **com as retificações destacadas a carmim**, acompanhadas da prova de adiamento da licitação, mediante avisos publicados (art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93).

(14) Avalie a pertinência de incluir percentual mínimo ou integral na exigência de veículos climatizados na frota de ônibus, possibilitando a prestação de serviços com qualidade e atualidade.

Resposta

A Administração avaliou a possibilidade de o edital estabelecer a exigência de veículos climatizados para a frota operacional. Contudo, numa visão local, os estudos e as justificativas demonstram a sua inviabilidade, com apontamentos no projeto básico (Anexo II do Edital, fls. 28 a 29/175), **em destaques a carmim**.

(15) Esclareça se foram feitos estudos técnicos que analisaram a possibilidade de as diversas linhas rodoviárias que partem e chegam ao centro da cidade passam pelo Centro e atinjam outras áreas, face às pequenas distâncias envolvidas, de forma evitar o pagamento de 02(duas) passagens sempre que o usuário desejar transitar entre áreas diferentes do Centro, nos termos exposto no meu voto;

Prova de cumprimento

Abordagem e justificativas técnicas contempladas no projeto básico (Anexo II do edital, fls. 88 a 95/175), **em destaques a carmim**.

(16) Considerando que a regra é a ausência de exclusividade na outorga da concessão ou permissão, assegurando ao usuário um direito à liberdade de escolha do prestador do serviço, sempre que houver viabilidade técnica e econômica, conforme dispõem os artigos 7º, inciso III e 16 da Lei nº 8.987/95, justifique os pontos a seguir: a opção pela exclusividade sobre a área operacional da concessão em detrimento da exclusividade apenas das linhas em operação; impossibilidade de divisão do objeto em lotes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE MENDES
Avenida Julio Braga, 86, Centro,
Mendes – RJ – CEP: 26.700-000



Prova de cumprimento

Abordagem e justificativas técnicas contempladas no projeto básico (Anexo II do edital, fls. 88 a 95/175), **em destaques a carmim**.

(17) incluir item no Edital e cláusula na Minuta do Contrato de Concessão estabelecendo a eventual extensão do contrato de concessão deve ser precedido de estudo técnico que estabeleça o novo valor de outorga e as tarifas do serviço, bem como a conveniência e a oportunidade da prorrogação em detrimento da realização de novo certame, conforme inciso I do art. 35 da Lei nº 8.987/95, bem como art. 9º, § 1º, da Lei nº 12.587/12.

Prova de cumprimento

Foram incluídas as regras determinadas pela Corte de Contas para o processamento de eventual extensão do contrato de concessão, na forma do Item 2.0, subitem 2.3, do edital e da cláusula quinta da minuta do contrato, **em destaques a carmim** (fls. 12/37 e 02 a 03/15, respectivamente).

(18) Detalhe, especificando item por item, através de errata, todas as alterações efetuadas no ato convocatório, se for o caso, dando a devida publicidade na forma do art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, encaminhando as cópias a este Tribunal.

Prova de cumprimento

Todas as alterações promovidas pela Corte de Contas encontram-se destacadas a carmim na nova versão editalícia, ressaltando a modificação em virtude da análise empreendida nos autos do Processo TCE-RJ nº 203.686-8/2019, reprisando que os avisos de adiamento foram publicados nos meios de divulgação da versão editalícia originária, ora encaminhados para comprovação.

(19) Comunique ao Tribunal eventual revogação ou anulação do procedimento licitatório em tela, remetendo, na ocasião, prova da publicidade do ato respectivo, acompanhada pelos elementos arrolados no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

Resposta

Não há ato de desfazimento da licitação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE MENDES

Avenida Julio Braga, 86, Centro,
Mendes – RJ – CEP: 26.700-000



Colenda Corte Especializada em Contas

Eminente Conselheira – Relatora Dra. Andrea Siqueira Martins

Excelso Plenário

Estas as medidas saneadoras promovidas pela
Administração Municipal como forma a atender a decisão plenária de 27/03/2019.

Gabinete do Prefeito, 21 de maio de 2019.

ROGERIO RIENTE
Prefeito